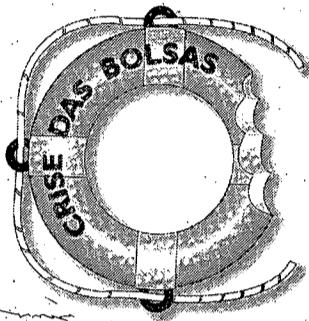


TESOURA NO ORÇAMENTO

PARLAMENTARES VÃO APRESSAR VOTAÇÃO E CORTAR VALOR DE SUAS EMENDAS PARA FACILITAR AJUSTE



Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

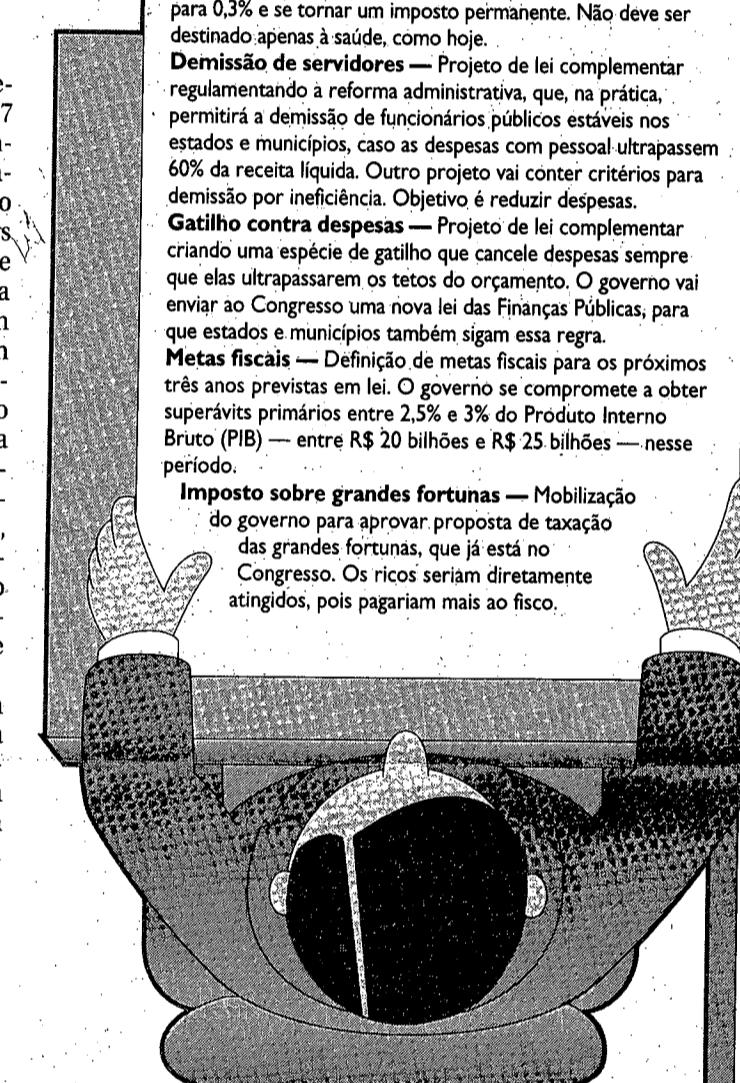
Só depois de conhecidos os resultados das eleições nos 17 estados em que haverá segundo turno o governo enviará ao Congresso a proposta de orçamento para 1999, refeita e com os cortes previstos pelo programa de ajuste fiscal. Os líderes dos partidos na Câmara e no Senado se reuniram ontem e decidiram cortar também os valores nas emendas dos parlamentares ao orçamento. A redução será na mesma proporção daquela a ser definida pelo governo em relação ao projeto inicial. Ficou acertado ainda o calendário de votação, com um novo rito para a tramitação. O Congresso espera receber o novo orçamento no dia 27 e concluir as votações entre os dias 15 e 30 de dezembro.

Na terça-feira, será votado um projeto de resolução que alterará a tramitação da proposta orçamentária. A idéia inicial do governo era queimar etapas para acelerar a aprovação, mas a oposição insistiu na manutenção de todas as fases do processo — algumas instituídas depois do escândalo da CPI do orçamento para dar transparência às discussões —, ainda que com prazos reduzidos. Os parlamentares manterão a prerrogativa de apresentar emendas individuais, emendas de bancada e emendas de comissão. Foram eliminadas as chamadas emendas regionais. "Estamos dando ao mercado um sinal claro de que o governo tem apoio e que o Congresso Nacional tem responsabilidade nesse ajuste", disse o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

CORTES

O acordo para apressar o novo orçamento foi consensual. Mas a oposição adianta que não aceitará cortes na área social, principalmente em saúde e educação. "Temos quer discutir é o pagamento dos juros que é o grande responsável pelo déficit público do Brasil", disse o líder do PT, Marcelo Déda (SE). O relator geral do orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), também defendeu a preservação dos investimentos sociais. Ele conversou ontem com o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, que pediu a compreensão do Congresso para com a necessidade dos cortes, mostrando as dificuldades do país para conter o déficit nas contas públicas. "Prometemos contribuir no que for possível", disse Tebet.

No ano passado, cada um dos 594 deputados e senadores puderam distribuir R\$ 1,5 milhão em emendas individuais. Este ano, esse valor será reduzido, acompanhando o corte a ser definido pelo governo. A cada votação de uma proposta orçamentária, o Congresso duela com o Executivo pela aprovação — e depois pela execução — de suas emendas, que muitas vezes são usadas como moeda de troca nas votações importantes para o governo. Para o



Editoria de Arte/Joelson Miranda/André Rodrigues

MEDIDAS CONFIRMADAS

Cortes de gastos — Redução nas despesas de custeio e investimento do orçamento da União para garantir superávit primário (receitas maiores que despesas, excluídos os gastos com juros) nas contas públicas.

Redução de cargos — Eliminação de 400 cargos em comissão (DAS) e funções gratificadas e outras medidas no Ministério da Fazenda, que resultarão em economia de R\$ 225 milhões.

Aumento de impostos — Elevação de impostos para garantir a receita adicional que o governo precisa. A alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conhecida como imposto sobre cheques, deve passar de 0,2% para 0,3% e se tornar um imposto permanente. Não deve ser destinado apenas à saúde, como hoje.

Demissão de servidores — Projeto de lei complementar regulamentando a reforma administrativa, que, na prática, permitirá a demissão de funcionários públicos estáveis nos estados e municípios, caso as despesas com pessoal ultrapassem 60% da receita líquida. Outro projeto vai conter critérios para demissão por ineficiência. Objetivo é reduzir despesas.

Gatilho contra despesas — Projeto de lei complementar criando uma espécie de gatilho que cancela despesas sempre que elas ultrapassarem os tetos do orçamento. O governo vai enviar ao Congresso uma nova lei das Finanças Públicas, para que estados e municípios também sigam essa regra.

Metas fiscais — Definição de metas fiscais para os próximos três anos previstas em lei. O governo se compromete a obter superávits primários entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB) — entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões — nesse período.

Imposto sobre grandes fortunas — Mobilização do governo para aprovar proposta de taxação das grandes fortunas, que já está no Congresso. Os ricos seriam diretamente atingidos, pois pagariam mais ao fisco.

COMO ESTÁ O PACOTE

Medidas que o governo federal prepara para reduzir os gastos e aumentar a arrecadação de forma a reduzir o déficit nas contas públicas nos próximos três anos

MEDIDAS DESCARTADAS

Imposto de renda — Aumento do Imposto de Renda das Pessoas Físicas para garantir receita extraordinária a partir do ano que vem. O presidente Fernando Henrique prometeu que o imposto não sobe, logo após ser eleito. Essa medida aumentaria diretamente a classe média.

Desvalorização do real — Desvalorização mais rápida do real frente ao dólar. O governo quer manter o ritmo atual de desvalorização e já conseguiu apoio do FMI. Esse tipo de medida ajudaria, por exemplo, a aumentar as exportações e a equilibrar a balança comercial.

Confisco da poupança — Confisco da poupança ou outra aplicação financeira. A atual equipe econômica jamais cogitou medida semelhante à adotada no governo Collor.

OS OBJETIVOS

Contas públicas — Reduzir o rombo nas contas públicas em 1999, 2000 e 2001, obtendo superávits primários crescentes no conjunto das contas da União, estados e municípios.

Capital externo — Diminuir a dependência do capital externo e a instabilidade na economia. Com déficit público menor, os investidores terão mais confiança no país e ficarão mais fácil financiar o déficit externo. Ao mesmo tempo, o governo pretende aumentar as exportações para diminuir o rombo no balanço de pagamentos, que é a diferença entre os dólares que entram e saem do país.

Juros — Criar condições para baixar os juros. Se a economia ficar mais estável e as reservas pararem de cair, não será mais necessário manter os juros tão altos para atrair o investidor estrangeiro.

MEDIDAS EM ESTUDO

Fundo de estabilização — Prorrogação da vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) que vence em 1999, por dois anos, e ampliação das receitas do fundo de 20% para 30%. Na prática, isso reduziria o repasse de recursos da União para estados e municípios.

Imposto de Renda — Manutenção por mais dois anos da alíquota de 27,5% no Imposto de Renda das Pessoas Físicas, criada este ano para vigorar até 1999.

Servidores em disponibilidade — Funcionários públicos seriam dispensados e continuariam recebendo uma parte do salário. Em tese, 33 mil funcionários se enquadrariam nessa situação, mas há resistência à medida no próprio governo.

Contribuição previdenciária — Aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos e cobrança dos inativos. A medida já foi rejeitada pelo Congresso este ano e só poderia se apresentada em 1999.

Teto para aposentadoria — Redução do teto da aposentadoria dos servidores públicos. Seria apresentada na segunda etapa da reforma da Previdência, em 1999.

Redução de subsídios — Cortes de subsídios e incentivos fiscais setoriais e regionais, incluindo a Zona Franca de Manaus.

líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), o governo deve explicar à sociedade de forma clara os cortes que vai propor: "Não vão poder dizer que os parlamentares e suas emendas é que são o problema da nação", atacou Geddel.

Os cortes fazem parte do esforço do Executivo para o ajuste fiscal, mas no orçamento para 99 (R\$ 187 bilhões) só há margem de manobra para reduzir as despesas de custeio e investimento, que somam R\$ 43 bilhões. O restante são as chamadas despesas vinculadas, como pagamento da previdência e repasses a estados e municípios.

Além de tratar do orçamento, os parlamentares marcaram ontem pa-

ra o dia 4 de novembro o início das votações da reforma da previdência, também considerada fundamental pelo governo para acertar suas contas. A reforma está paralisada na Câmara. Até o fim deste mês, o Congresso estará mais envolvido no processo eleitoral do que na discussão das medidas de ajuste fiscal. Alguns pontos em estudo dependem diretamente do resultado das urnas para sua viabilização, como a nova lei de finanças públicas e a regulamentação da reforma administrativa.

RECEITAS

Outra medida que pode fazer parte do pacote é a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, o

FEF, formado por 20% das receitas da União, deduzidas as transferências constitucionais aos estados, municípios e fundos regionais. Além de estender a vigência do FEF até 2001, o governo pensa em aumentar o bolo para 30% das receitas federais. Mas deve esbarrar na resistência ferrenha de governadores e prefeitos, que alegam perdas com a medida. Estados do Norte, por exemplo, chegam a ter 80% de suas receitas compostas por repasses federais. O entendimento com os novos eleitos também seria indispensável para qualquer mudança no FEF.

O Congresso já dá como certa a proposta de prorrogação da Contri-

buição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com aumento de alíquota de 0,20% para 0,30%. Para que isso seja possível, o Congresso terá que aprovar uma emenda constitucional ainda este ano. A contribuição rende atualmente R\$ 8,7 bilhões e, com o aumento da alíquota, poderá garantir R\$ 12 bilhões na receita do próximo ano. O governo pensa em aproveitar proposta que já começou a tramitar, alterando-a com emendas em plenário. Outra idéia é tornar a contribuição um imposto permanente, mas essa proposta deve ser incluída no projeto de reforma tributária que a equipe econômica pretende aprovar no ano que vem.